

# política

## Saúde e Vigilância Sanitária devem prestar esclarecimentos

Titulares foram convocados pelos vereadores da capital gaúcha

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz  
sofia@jcrs.com.br

Em meio a uma onda de fechamentos de estabelecimentos com irregularidades, a Câmara de Porto Alegre convocou o secretário da Saúde, Fernando Ritter, e a pessoa responsável pela Vigilância Sanitária para prestarem esclarecimentos a respeito do trabalho do órgão na Capital. Os depoimentos foram solicitados pelo vereador Mauro Pinheiro (PP) e devem ocorrer amanhã.

Segundo Pinheiro, os convocados deverão explicar o motivo da escalada repentina de estabelecimentos interditados e como é a abordagem dos fiscais nas vistorias. O parlamentar entende que as equipes da vigilância estão agindo com muito rigor e expondo os empreendedores publicamente, assim destruindo a imagem das marcas. “Antes de ser um vereador, eu sou um empreendedor. Porto Alegre é uma cidade empreendedora.” Ele pontua que o órgão deve exercer um papel educador e não necessariamente punitivo. Além disso, Pinheiro defende que as denúncias anônimas, que motivam grande parte das vistorias realizadas pela vigilância, devem ser repen-



Sequência de locais interditados chamou a atenção dos parlamentares

sadas, já que podem ser utilizadas como mecanismo de vingança, por exemplo.

O requerimento de convocação, protocolado por Pinheiro, também foi assinado pelos vereadores Marcos Felipi (Cidadania), Vera Armando (PP), Thiago Albrecht (Novo), Jessé Sangalli (PL) e Ramiro Rosário (Novo), muitos dos quais manifestaram sua insatisfação com os serviços da vigilância em discursos na tribuna. Reiterando que a má conduta da instituição municipal afeta a todos, Rosário afirmou que o fechamento de tantos estabelecimentos é resultado de um “complexo de autoritarismo dos fis-

cais”, que estão cometendo “assassinatos de CNPJs”.

Na visão da Secretaria de Saúde, a convocação é totalmente desnecessária, já que o secretário comparece ao Legislativo semanalmente para dialogar com os vereadores. “Será só mais um momento em que ele (secretário) falará sobre as ações da vigilância”, respondeu a assessoria do órgão, em nota.

Em menos de um mês, as equipes da Vigilância em Saúde interditaram pelo menos cinco estabelecimentos. De acordo com Ritter, o número de locais fechados pelo órgão triplicou neste ano, passando de 10 para 30.

## Ex-diretor do Dmae nega acusação de sucateamento

A estabilidade e a segurança dos diques da Capital nunca foram avaliadas. Isso é o que disse o ex-diretor do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Darcy Nunes dos Santos, em depoimento prestado à CPI do Dmae na manhã de ontem, ao contextualizar que a estabilidade dos diques nunca foi um parâmetro de segurança, já que o volume de água da enchente de maio de 2024 foi uma exceção. Santos, que atualmente trabalha na assessoria da presidência da autarquia, não reconheceu que o órgão passa por um processo de sucateamento e reiterou que todas as Casas de Bomba do município estavam funcionando normalmente antes das enchentes de 2024 e que, mesmo se tivessem geradores, seriam desligadas por causa do volume de água.

Em sua fala, o servidor confir-

mou que várias funções previstas não são mais desempenhadas no Dmae, especialmente porque o plano de cargos da autarquia foi mapeado em 1988. Além disso, Santos destaca que as contratações vêm sofrendo mudanças por causa das terceirizações. “A gente tem, às vezes, a percepção de fora que é fácil contratar funcionário por concurso, não é fácil”, pontuou.

Mesmo trabalhando no Dmae durante a gestão de Alexandre Garcia, denunciado por corrupção no órgão, o ex-diretor afirma que ficou sabendo sobre denúncias de má conduta na autarquia pela imprensa e que o processo de investigação interna foi conduzido pelo Gabinete do Prefeito.

De acordo com a vereadora Natasha Ferreira (PT), presidente da comissão, as respostas do depoente foram confusas. “O desmonte do

Dmae, na verdade, é apontado inclusive pelo Ministério Público de Contas, quando fala da questão do caixa, da não-execução de obras, do déficit de pessoal”, afirmou. Sobre a situação das Casas de Bomba, Natasha reitera que um diagnóstico feito em 2018 por engenheiros da própria autarquia mostrou a necessidade urgente de modernização e reforma dos mecanismos. Além disso, segundo ela, o documento também mostra que as comportas do Guaíba deveriam ser acompanhadas com atenção pela gestão pública, o que também não foi feito.

A próxima oitiva será com o pesquisador do Instituto de Pesquisas Hidráulicas e ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Carlos Bulhões, no dia 8 de setembro. O comparecimento de Bulhões foi solicitado por vereadores da base.

## Deputados estaduais podem votar hoje a Secretaria das Mulheres

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Os deputados estaduais vão ao plenário da Assembleia Legislativa hoje para uma sessão com 24 projetos na pauta. Na semana passada, os líderes parlamentares acordaram em votar a proposta do Executivo que cria a Secretaria Estadual das Mulheres. A princípio, esse é o único projeto que deve ser votado das 10 matérias do governo do Estado protocoladas em regime de urgência.

A pasta das Mulheres foi criada durante a gestão do ex-governador Tarso Genro (PT, 2011-2014) e extinta durante a administração José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018). Após apelos de parlamentares e entidades da sociedade, o governador Eduardo Leite (PSD) concordou em recriar a secretaria.

De qualquer forma, o pacote de projetos do Palácio Piratini deve passar a trancar a pauta a partir do dia 27 de agosto. Entretanto, as

matérias só devem ir ao plenário após a Expointer (30 de agosto a 7 de setembro), porque, durante a exposição, as atividades da Assembleia costumam ser transferidas para o Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio, onde não ocorrem votações.

Apesar do pacote ser votado após a Expointer, há outras matérias de iniciativa dos deputados que podem ser apreciadas na sessão desta terça. Entre elas, a proposta do deputado estadual Mateus Gomes (PSOL), que reconhece o Estado de Emergência Climática, estabelece a meta de neutralização das emissões de gases de efeito estufa no Rio Grande do Sul até 2050 e prevê a elaboração de plano para a transição sustentável.

Outro projeto na ordem do dia é o texto do deputado Capitão Martim (Republicanos), que cria a Política de Transparência da Operação, Manutenção e Medidas de Segurança das Barragens no RS.

## União contrata nos EUA escritório de advocacia para tratar de sanções

/ GOVERNO FEDERAL

A Advocacia-Geral da União (AGU) está finalizando a contratação de um escritório de advocacia para atuar nos Estados Unidos. O objetivo é reverter as sanções impostas pelo governo de Donald Trump: as tarifas de 50% aos produtos brasileiros e as punições a autoridades definidas com base na Lei Magnitsky.

Segundo informação da AGU, os advogados atuarão “administrativa e judicialmente em defesa do Estado brasileiro”. Portanto, poderão defender os interesses nacionais em tribunais dos EUA e também de forma extrajudicial, junto ao governo e à administração federal.

Nesse campo, a ideia é fazer um contraponto à atuação de Eduardo Bolsonaro, que tem influenciado a Casa Branca e congressistas no sentido de punir autoridades brasileiras e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em decorrência da condução do processo contra o pai dele, Jair Bolsonaro, acusado de planejar um golpe de Estado.

O lobby é regulamentado no país de Trump e consiste em influenciar tomadores de decisão pública para promover determinados interesses. A assessoria de imprensa da AGU nega que os advogados tenham sido contratados para fazer lobby.

O contrato está em fase de finalização e, por isso, a AGU não forneceu mais detalhes. A expectativa é que a informação seja divulgada oficialmente pelo órgão nos próximos dias.

A iniciativa recebeu apoio de representantes do empresariado com que o governo brasileiro vem trocando informações sobre impacto e saídas para o tarifaço de Trump. Esse caminho foi visto como importante já que não há interlocução produtiva entre os dois governos.

Na semana seguinte à divulgação da carta de Donald Trump a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciando o tarifaço, a AGU baixou uma portaria com regras para a contratação de advogados e especialistas “visando à defesa de interesse da República Federativa do Brasil em foro estrangeiro”.

A norma foi publicada em 15 de julho no Diário Oficial da União, no início da crise com os EUA. Ciente de que os atritos aumentariam, o ministro da AGU, Jorge Messias, se apressou para editar a portaria, com o objetivo de facilitar a contratação de um escritório de advocacia para atuar junto ao governo Trump.

Além da imposição de barreiras tarifárias, ministros do STF e outras autoridades foram impedidas de entrar nos EUA.